



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1.103, DE 2013

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações à Excelentíssima Senhora Ministra da Cultura acerca do PAC Cidades Históricas:

O PAC Cidades Históricas, foi lançado, em 21 de outubro de 2009, pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, prevendo investimentos de R\$ 890 milhões até 2012, em 173 cidades, dos quais R\$ 140 milhões seriam liberados até o final de 2009. Em 29 de junho de 2010, o Programa foi relançado pelo presidente do IPHAN, Dr. Luiz Fernando de Almeida, com orçamento previsto de R\$ 1,129 bilhão, sendo R\$ 254 milhões para Minas Gerais e com execução prevista entre os anos de 2010 e 2013. Naquela ocasião 20 prefeitos de Minas aderiram formalmente ao programa. Posteriormente, em setembro de 2012, na posse da Senadora Marta Suplicy à frente do Ministério da Cultura, o programa foi relançado mais uma vez, como se tratasse de nova iniciativa. Depois, em 28 de janeiro de 2013, o Governo Federal anunciou, novamente, a liberação de R\$ 1,3 bilhão que seriam investidos em 3 anos e definiu, como meta, o investimento de R\$ 300 milhões destinados a 44 municípios de 20 estados, até o fim do ano. Diante desses números, perguntamos:

1. Do montante anunciado pelo Presidente Lula, em 2009, quais cidades receberam recursos do PAC Cidades Históricas até o final daquele ano e quanto foi investido em cada uma delas? Do anunciado pelo Presidente para os anos seguintes, quantas cidades receberam os investimentos prometidos? Qual o valor aplicado em cada uma?
2. Quais cidades receberam recursos do programa lançado pelo Presidente do IPHAN, entre 2010 e 2012, e quanto foi investido em cada uma delas?
3. Quais cidades foram selecionadas pela nova fase do programa, anunciada pela Presidente Dilma Rousseff, em janeiro de 2013, quanto será investido em cada uma delas e qual a previsão para a contratação dos recursos, sua execução e liquidação?
4. Quais cidades foram selecionadas pela fase do programa, relançada pela Presidente Dilma Rousseff, em agosto de 2013, quanto será investido em cada uma delas e qual a previsão para a contratação dos recursos, sua execução e liquidação?

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com Windows.

JUSTIFICATIVA

Três anos depois do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas, a presidente do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Jurema Machado, admitiu à imprensa que o programa “não existe”, pelo menos até agora.

De acordo com reportagem do Jornal Estado de Minas (EM), publicada em novembro do ano passado, com o fim do Projeto Monumenta, vinculado ao Ministério da Cultura, as cidades ficaram à deriva. As informações coincidem com declarações de diversos prefeitos de cidades históricas ouvidas pela reportagem do EM.

A inação do Governo Federal na preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro é especialmente perversa para Minas Gerais. O Estado abriga cerca de 60% do

patrimônio histórico do Brasil e que, entre suas singularidades, possui rico conjunto arquitetônico representativo do sistema colonial luso-brasileiro. Sem o dinheiro prometido, denunciou a reportagem do EM, correm o risco de virar pó.

Enquanto isto, assistimos, recorrentemente, ações de marketing do governo, principalmente perto de disputas eleitorais, onde prefeitos e população de cidades detentoras de significativo patrimônio histórico/cultural são bombardeados com falsas promessas de recursos federais, nunca cumpridas.

Diante do exposto, solicitamos informações, ao Ministério da Cultura, que esclareçam o que está sendo efetivamente realizado pelo Governo Federal para a preservação do patrimônio histórico do Brasil.

Sala das Sessões, 2013.

Senador **AÉCIO NEVES**

(À Mesa, para decisão)

Publicado no **DSF**, de 18/9/2013.